

REGIÃO METROPOLITANA

# SALVADOR

salvador@gruposantade.com.br

**GRATUITO** Evento analisa impactos das reformas trabalhistas e da Previdência

www.atarde.com.br/salvador

## JUSTIÇA Órgão acionou a ANTT, o Dnit, a Embasa, a Limpurb, a ViaBahia e a prefeitura de Salvador para solucionar o caso MP ajuíza ação por alagamentos em Valéria

### TAINÁ CRISTINA\*

Em defesa da saúde e segurança da população, o Ministério Público da Bahia (MP-BA), por meio da promotora de justiça Joseane Suzart, ajuizou uma ação civil em virtude dos constantes alagamentos provocados por uma tubulação de água no bairro de Valéria.

O MP-BA acionou a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), a Empresa Baiana de Água e Saneamento Básico (Embasa), a Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (Limpurb), a ViaBahia Concessionária de Rodovias e a prefeitura de Salvador para solucionar o caso.

Pela ação, a ViaBahia deve viabilizar a recuperação, manutenção e a implantação de melhorias no sistema rodoviário da BR-324, eliminando todas as irregularidades encontradas e a realização do sistema de drenagem para que sejam evitados alagamentos.

Alem disso, solicita que a ANTT seja obrigada a fiscalizar diretamente o cumprimento do contrato de concessão firmado com a ViaBahia para a gestão da BR-324 e que seja providenciada a execução de obras para a criação de galeria, criada para a canalização do corpo d'água, funcione de modo regular, eliminando a deterioração identificada.

### Acompanhamento

Em nota, a ViaBahia ressaltou que não foi notificada sobre a ação movida pelo MP-BA e que a área jurídica está acompanhando o caso. A concessionária resalta ainda que prestou todos os esclarecimentos ao MP-BA, no âmbito do inquérito civil instaurado sobre o assunto e comprovou que a referida

tubulação de água está fora dos limites da faixa de domínio da atuação da concessionária na rodovia.

Já o Dnit deverá fiscalizar e acompanhar a política implantada para a administração da infraestrutura do Sistema Federal de Viação referente à BR-324, sob o regime de concessão da ViaBahia e a Embasa deve re-

gularizar o sistema de esgotamento sanitário do bairro de Valéria, além de providenciar os serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes da área.

### Prefeitura

Na ação, o município deve pavimentar as vias, logra-

douros e demais espaços de circulação pública no bairro. Em nota, a prefeitura aponta que não foi notificada sobre a ação do MP para intervenções em Valéria. A pasta aguarda que isso ocorra para se posicionar. Por nota, afirma que "em Valéria, a prefeitura investiu quase R\$440 milhões em pavimentação de novas vias e requalifica-

ção asfáltica de 2013 para cá e para atuar nos pontos específicos cuja responsabilidade de manutenção é da ViaBahia, é necessário que a concessionária resolva problemas de drenagem que são de sua responsabilidade".

A Limpurb deve promover a coleta e transporte dos resíduos de modo regular e permanente e fazer a triagem

para fins de reúso ou reciclagem. Por fim, deverá providenciar a drenagem e o manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das redes urbanas. Por nota, a gestão municipal informou que "a coleta de lixo já é feita regularmente".

\* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA



Raphael Müller / Ag. A TARDE

Ações de diversos órgãos devem sanar os transtornos causados, por conta dos alagamentos, a moradores e motoristas que passam pelo bairro

### DIA DOS PAIS

## Campanha da DPE incentiva homens a assumirem paternidade

### MÁRCIO WALTER MACHADO\*

A Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE-BA) lançou, na manhã de ontem, a campanha Sou Pai Responsável. A iniciativa, que ocorre desde 2007, tem como objetivo incentivar os homens a assumir a paternidade e promover sua participação no convívio e desenvolvimento dos filhos.

"Não tem decisão que possa causar mais arrependimento do que se privar de ter uma relação de amor com o filho ou filha. Além das várias campanhas, tentamos conscientizar pais e mães e colocar os interesses das crianças acima de qualquer conflito", frisou o defensor público geral do estado da Bahia, Rafson Ximenes.

A DPE também oferece exame de DNA gratuito em caso de dúvida. "O mais importante é o amor, é a participação na vida da criança para que ela cresça sabendo da importância do papel do pai", afirmou a coordenadora especializada em Vara de Família, Tatiane Ferraz.

Segundo a DPE-BA, dados do Conselho Nacional de Justiça revelam que há mais de 5,5 milhões de crianças sem o nome paterno em seus documentos.

Por esta razão e por sua vivência, o ator Érico Brás



Rafael Martins / Ag. A TARDE

Lançamento da ação na sede da DPE na manhã de ontem

abraçou a campanha. "A ausência do meu pai foi muito latente, por isso sei da importância. Hoje, como pai e agente transformador, me vejo na obrigação de alertar sobre a importância".

Além do artista, o Esporte Clube Bahia e o Esporte Clube Vitória se tornaram parceiros do projeto. Exames de

DNA estão sendo disponibilizados gratuitamente na loja do Esquadrão, na Fonte Nova, amanhã, até meio-dia. À tarde, a partir das 15h do mesmo dia, a campanha segue no Barradão, onde permanece durante a semana.

\* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

### LAURO DE FREITAS

## Audiência sobre intolerância religiosa é adiada para setembro

### LUAN BORGES\*

O primeiro caso de intolerância religiosa que seria julgado, ontem, em Lauro de Freitas, no Fórum Criminal, foi adiado. O acusado não compareceu e os advogados de defesa protocolaram um pedido de suspensão da audiência — que foi aceito.

A audiência, remarcada para 16 de setembro, acontecerá porque um dos vizinhos do terreiro Ilê Obá L'Okê, localizado em Vilas do Atlântico, é investigado por intolerância religiosa.

O caso ganhou repercussão porque seria o primeiro de intolerância religiosa a ser julgado na cidade da Grande Salvador.

### Fachada

Tudo começou quando o escritor, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e babalorixá do terreiro, Wilson Caetano de Sousa Jr., resolveu em 2014 fazer a fachada do barracão do terreiro, onde acontecem festas religiosas, com elementos visuais do candomblé.

"Ele disse que enquanto o candomblé estivesse tocando sem estar aberto ao público, tudo bem, mas que tinha que ser revisto o fato da fachada sinalizando que ali é um terreiro de candomblé. Ele fez questão de dizer que ninguém queria ser vizinho

de um terreiro", conta o babalorixá Wilson Caetano.

Ainda de acordo com Wilson, o vizinho passou a acionar os órgãos do município, porém não teve êxito nas dez denúncias realizadas.

"Ele entrou com duas representações no MP, uma contra o terreiro e outra contra a Secretaria de Planejamento de Lauro de Freitas, alegando irregularidade, mas todas foram indeferidas.

"Ele entrou com duas representações no MP, uma contra o terreiro e outra contra a Secretaria de Planejamento de Lauro de Freitas, alegando irregularidade, mas todas foram indeferidas.

"Ele entrou com duas representações no MP, uma contra o terreiro e outra contra a Secretaria de Planejamento de Lauro de Freitas, alegando irregularidade, mas todas foram indeferidas.

"Ele entrou com duas representações no MP, uma contra o terreiro e outra contra a Secretaria de Planejamento de Lauro de Freitas, alegando irregularidade, mas todas foram indeferidas.

"Ele entrou com duas representações no MP, uma contra o terreiro e outra contra a Secretaria de Planejamento de Lauro de Freitas, alegando irregularidade, mas todas foram indeferidas.

"Ele entrou com duas representações no MP, uma contra o terreiro e outra contra a Secretaria de Planejamento de Lauro de Freitas, alegando irregularidade, mas todas foram indeferidas.

"Ele entrou com duas representações no MP, uma contra o terreiro e outra contra a Secretaria de Planejamento de Lauro de Freitas, alegando irregularidade, mas todas foram indeferidas.

"Ele entrou com duas representações no MP, uma contra o terreiro e outra contra a Secretaria de Planejamento de Lauro de Freitas, alegando irregularidade, mas todas foram indeferidas.

"Ele entrou com duas representações no MP, uma contra o terreiro e outra contra a Secretaria de Planejamento de Lauro de Freitas, alegando irregularidade, mas todas foram indeferidas.

"Ele entrou com duas representações no MP, uma contra o terreiro e outra contra a Secretaria de Planejamento de Lauro de Freitas, alegando irregularidade, mas todas foram indeferidas.

"Ele entrou com duas representações no MP, uma contra o terreiro e outra contra a Secretaria de Planejamento de Lauro de Freitas, alegando irregularidade, mas todas foram indeferidas.

"Ele entrou com duas representações no MP, uma contra o terreiro e outra contra a Secretaria de Planejamento de Lauro de Freitas, alegando irregularidade, mas todas foram indeferidas.

"Ele entrou com duas representações no MP, uma contra o terreiro e outra contra a Secretaria de Planejamento de Lauro de Freitas, alegando irregularidade, mas todas foram indeferidas.

"Ele entrou com duas representações no MP, uma contra o terreiro e outra contra a Secretaria de Planejamento de Lauro de Freitas, alegando irregularidade, mas todas foram indeferidas.

"Ele entrou com duas representações no MP, uma contra o terreiro e outra contra a Secretaria de Planejamento de Lauro de Freitas, alegando irregularidade, mas todas foram indeferidas.

"Ele entrou com duas representações no MP, uma contra o terreiro e outra contra a Secretaria de Planejamento de Lauro de Freitas, alegando irregularidade, mas todas foram indeferidas.

"Ele entrou com duas representações no MP, uma contra o terreiro e outra contra a Secretaria de Planejamento de Lauro de Freitas, alegando irregularidade, mas todas foram indeferidas.

"Ele entrou com duas representações no MP, uma contra o terreiro e outra contra a Secretaria de Planejamento de Lauro de Freitas, alegando irregularidade, mas todas foram indeferidas.

das. Com essas ações para impedir o funcionamento do terreiro, percebemos isso como ódio religioso, ou seja, intolerância religiosa. Al registramos uma queixa-crime e uma representação no MP, que acolheu a denúncia em 2017", contou o líder religioso.

Segundo o coordenador da Federação Nacional do Culto Afro-brasileiro-Lauro de Freitas, Jadilson Lopes, o vizinho do terreiro procurou a entidade.

"Ele se mostrou intolerante quando começou a dizer que o terreiro estava incomodando os vizinhos e que o centro desvaloriza o bairro", afirmou Lopes, acrescentando que a entidade, este ano, já intermediou e resolveu 32 casos de intolerância religiosa no município.

"Isso é lamentável, em pleno século XXI, pois somos assegurados pela Constituição Federal à livre manifestação religiosa. É triste perceber que as pessoas não respeitam isso", comentou o artista plástico e axogum do terreiro Ilê Obá L'Okê, Rodrigo Siqueira.

A equipe de reportagem de A TARDE tentou entrar em contato com os advogados de defesa do vizinho do terreiro, sem sucesso.

\* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA



Babalorixá do Ilê Obá L'Okê, Wilson Caetano

### PROTESTO

Um grupo de religiosos fez um protesto em frente ao Fórum de Lauro de Freitas ontem, por conta do adiamento da audiência sobre denúncia de intolerância